



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses
(2.º Ciclo)

Unidade curricular

Direito Probatório (Optativa) – 1.º Semestre – Turma A/D

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O programa está estruturado em função de três títulos: Título I – Teoria geral da prova; Título II – Aspectos particulares do direito probatório; Título III – Problemas de prova nos crimes em especial.

Conteúdos programáticos

INTRODUÇÃO

1. A competência probatória do juiz de facto
2. A relação entre a questão-de-facto e a questão-de-direito
3. A relação entre o raciocínio jurídico e o conhecimento epistémico
4. O papel da lógica e da coerência nas situações de incerteza

Título I – TEORIA GERAL DA PROVA PENAL

Capítulo I – Os modelos processuais e a prova penal

1. A discussão sobre os modelos de processo penal
2. Os modelos de processo penal e os sistemas de prova
3. A retórica e a teoria da prova
4. A adversarialização do processo penal



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5. Os poderes oficiosos do juiz de facto e a sua imparcialidade

Capítulo II – A obtenção de meios de prova antes do julgamento

1. As medidas cautelares e de polícia
2. A instrução probatória antes do julgamento
3. A cadeia de custódia das provas
4. A defesa proativa antes do julgamento
5. Os procedimentos legais de obtenção de meios de prova

Capítulo III – Os modelos de prova

1. O modelo argumentativo
2. O modelo narrativo
3. O modelo híbrido
4. A estrutura do libelo acusatório
5. A estrutura da sentença penal

Capítulo IV – A medida da prova dos elementos da infração

1. A distribuição do custo esperado de erro judicial
2. A prova para além da dúvida razoável (*beyond any reasonable doubt*)
3. A comprovação (*Glaubhaftmachung*)
4. A receção da fórmula da prova para além da dúvida razoável
5. A medida da prova na determinação da pena



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Capítulo V – A medida da prova das causas eximentes da infração

1. A teoria material da infração e o princípio inquisitório do processo penal
2. A teoria processual da infração e a distribuição do ónus da prova
3. A acusação e a sua derrotabilidade
4. A medida da prova das causas eximentes da imputação da pena

Capítulo VI – A medida da prova subjetiva e a sua quantificação

1. O júízo de probabilidade sobre a veracidade de afirmações de facto
2. A quantificação dos graus de probabilidade
3. A convicção do juiz de facto como júízo de probabilidade informal
4. A utilização de probabilidades subjetivas (teorema de Bayes)
5. A relação entre a convicção do juiz de facto e o saber dos peritos

Capítulo VII – O procedimento probatório e a formação da convicção

1. A prova direta e a prova indiciária
2. As presunções judiciais e as regras de experiência
3. A prova *prima facie* (*Anscheinbeweis*)

Capítulo VIII – Os princípios relativos à prova

1. A verdade material (princípio inquisitório) vs. a verdade formal (princípio dispositivo)
2. O princípio da imediação e as provas antecipadas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. O princípio do contraditório e o direito ao confronto
4. O princípio da livre apreciação vs. a prova legal
5. O ónus de prova e o princípio *in dubio pro reo*

Capítulo IX – As proibições de prova e as regras de exclusão da prova

1. A prova ilícita
2. As proibições de produção
3. As proibições de valoração

Capítulo X – O problema da verdade e a justiça da decisão final

1. A verdade ou a prova
2. A importância da fundamentação
3. A íntima convicção do tribunal do júri
4. A livre convicção fundamentada do tribunal de escabinos

Título III – ASPETOS TÉCNICOS DO DIREITO PROBATÓRIO PENAL

Capítulo I – Os meios de prova

1. A prova por confissão
2. A prova testemunhal
3. A prova por reconhecimento
4. A prova através da reconstituição do facto
5. A prova pericial



6. A prova documental

Capítulo II – Os meios de obtenção de prova

1. A prevenção e a investigação criminal
2. Os exames, as revistas, as buscas e as apreensões
3. Os métodos ocultos
4. Os meios digitais de obtenção de prova
5. A prova obtida por particulares e investigadores privados
6. A prova comprada

Capítulo III – A prova da causalidade nos crimes de resultado

1. A causa como identificação da pessoa responsável
2. A causalidade epistémica
3. A causalidade jurídica
4. A causalidade complexa e a prova penal

Capítulo IV – A prova dos elementos subjetivos do tipo de crime

1. A prova do dolo
2. A prova da negligência



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Capítulo V – A prova da inimputabilidade, a avaliação da personalidade e a prognose da perigosidade

1. A perícia psiquiátrica
2. A perícia sobre a personalidade

Capítulo VI - A prova transnacional e a cooperação em matéria de prova

1. A cooperação policial
2. A cooperação judiciária
3. A cooperação entre autoridades reguladoras

Capítulo VII – A prova na responsabilidade das pessoas coletivas, dos dirigentes e trabalhadores e dos beneficiários económicos

1. A prova na responsabilidade das pessoas coletivas
2. A prova na responsabilidade da sociedade-mãe e na relação de grupo
3. O ónus de prova das medidas implementadas contra falhas organizacionais
4. A prova na responsabilidade de dirigentes e trabalhadores
5. A prova na responsabilidade do oficial de cumprimento (*compliance officer*)
6. A prova na responsabilidade dos donos do negócio

Título IV – PROBLEMAS DE PROVA NOS CRIMES EM ESPECIAL

Capítulo I – Os crimes de corrupção (colaboração premiada)

Capítulo II – O crime de branqueamento de capitais (*money trail*, prova do crime antecedente)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Capítulo III – Os crimes fiscais (competências da administração fiscal)

Capítulo IV – Os crimes contra os mercados financeiros (aproveitamento das provas obtidas por autoridades reguladoras)

Capítulo V – A perda alargada (medida da prova)

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O programa visa apresentar a matéria da prova penal de maneira a dar conta da sua complexidade teórica e do seu relevo para a prática jurídica. Os conteúdos abrangem aspetos gerais e aspetos particulares da teoria da prova e do direito probatório penal, assegurando-se desta forma que algumas das principais dificuldades no âmbito da prova sejam discutidas ao longo do semestre. O programa está feito de forma a dar uma visão global da teoria da prova e do direito probatório penal, mas não foi concebido no pressuposto de que todos, nem sequer a maioria dos assuntos tenham de ser escolhidos pelos alunos para a elaboração dos relatórios individuais.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

I. O método das aulas plenárias

O Regulamento de Avaliação dos Cursos de Mestrado em Direito da FDUL impõe o cumprimento de um programa da cadeira, oportunamente remetido ao Conselho Diretivo e divulgado no sítio da Faculdade na Internet e nos lugares de estilo.

As aulas são teórico-práticas.

II. Método das aulas práticas

É sempre realizada a chamada no início de cada aula prática e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. A assiduidade não constitui um elemento autónomo de avaliação, mas as faltas constituem um fator de exclusão da avaliação contínua. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser evitado.

A participação oral dos alunos é fomentada através de agendamento e distribuição prévia de casos práticos e da jurisprudência a analisar, que todos conhecem com antecipação (desde logo, quando recebem o cronograma). Também é fomentada a participação espontânea.

É sugerida a realização de um relatório escrito, com o máximo de 15 páginas de texto (tipo de letra Times New Roman, corpo 12 em texto e 10 em nota de rodapé, espaçamento 1,5).

Finalmente, é realizado um teste escrito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As aulas teórico-práticas garantem a necessária interação com os alunos e a discussão aprofundada dos tópicos do programa da cadeira.

Bibliografia principal

A bibliografia necessária é, naturalmente, muito vasta. Por isso se entendeu ser aceitável, por razões didáticas, fazer uma indicação de bibliografia geral em separado e por países.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Portugal:

AA.VV.,

- (2008) “A Reforma do Direito Processual Penal português em perspetiva teórico-prática”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.ºs 2 e 3.
- (2010) *Comentário das Leis Penais Extravagantes* (org.: José Branco e Paulo Pinto de Albuquerque), vol. 1, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- (2011) *Comentário das Leis Penais Extravagantes* (org.: José Branco e Paulo Pinto de Albuquerque), vol. 2, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- (2011) *Casos práticos resolvidos – Direito Processual Penal* (org.: Paulo de Sousa Mendes *et al.*), Lisboa: AAFDL.
- (2017) *Elementos de estudo – Direito Processual Penal* (coord.: Paulo de Sousa Mendes), 3.ª reimp., Lisboa: AAFDL (1.ª ed., 2009).

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de,

- (2011) *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.ª ed., Lisboa: Universidade Católica Editora.
- (2015) *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 3.ª ed., Lisboa: Universidade Católica Editora.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ANDRADE, Manuel da Costa,

(1992) *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão, 2013).

(2009) *“Bruscamente no Verão Passado”, a reforma do Código de Processo Penal – Observações críticas sobre uma Lei que podia e devia ter sido diferente*, Coimbra: Coimbra Editora.

ANTUNES, Maria João,

(2018) *Direito Processual Penal*, 2.^a ed., Coimbra: Almedina.

BELEZA, Teresa Pizarro,

(1992/5) *Apontamentos de Direito Processual Penal* (a partir dos textos gravados das aulas teóricas dadas ao 5.º Ano, FDUL, 1991/92, 1992/93 e 1994/95), com a colaboração de outros Autores, vols. I/II/III, Lisboa: AAFDL.

(1993) “A prova”, in: AA.VV., *Apontamentos de Direito Processual Penal* (org.: Teresa Pizarro Beleza), vol. II, Lisboa: AAFDL, pp. 145-158.

BELEZA, Teresa Pizarro, e PINTO, Frederico de Lacerda da Costa,

(2014) *Prova criminal e direito de defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal*, Coimbra: Almedina.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CALHEIROS, Maria Clara,

(2015) *Para uma teoria da prova*, Coimbra: Coimbra Editora.

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS,

(2008) “Jornadas sobre a revisão do Código de Processo Penal: Estudos”, *Revista do CEJ* (1.º Semestre de 2008, n.º 9/Especial).

CORREIA, Eduardo,

(1956) *Processo Criminal*, Coimbra: Dactilog. por Mário da Silva e Sousa.

(1967) “Les preuves en droit penal portugais”, *RDES* 1-2, pp. 1-52.

COSTA, José Francisco de Faria,

(1992) *O perigo em Direito Penal*, Coimbra: Coimbra Editora.

(2009) “Os códigos e a mesmidade: O Código de Processo Penal de 1987”, in: AA.VV., *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org.: Mário Ferreira Monte *et al.*), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 441-459.

DIAS, Augusto Silva, e RAMOS, Vânia Costa,

(2009) *O direito à não auto-inculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

contraordenacional português, Coimbra: Coimbra Editora.

DIAS, Jorge de Figueiredo,

- (1974) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimp., 2004).
- (1988/9) *Direito Processual Penal* (Lições coligidas por Maria João Antunes), Coimbra: Secção de Textos da FDUC.
- (1989) “Sobre os sujeitos processuais no novo Código de Processo Penal”, in: AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal do CEJ: O novo Código de Processo Penal*, Coimbra: Almedina, pp. 1-57.
- (1995) *Liberdade – Culpa – Direito Penal*, 3.^a ed., Coimbra: Coimbra Editora.
- (2001) *Temas Básicos da Doutrina Penal – Sobre os Fundamentos da Doutrina Penal – Sobre a Doutrina Geral do Crime*, Coimbra: Coimbra Editora.
- (2008) “Sobre a revisão de 2007 do Código de Processo Penal português”, *RPCC* 18, pp. 367-385.
- (2009) “O processo penal português: Problemas e prospetivas”, in: AA.VV., *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org.: Mário Ferreira Monte *et al.*), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 805-819.
- (2013) “Sobre o sistema do facto punível”, in: AA.VV., *Estudos em Homenagem a António Barbosa de Melo* (org.: Fernando Alves Correia *et al.*), Coimbra: Almedina, pp. 405-421.
- (2014) “Por onde vai o Processo Penal Português: Por estradas ou por veredas?”, in: AA.VV., *As Conferências*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

do Centro de Estudos Judiciários, Coimbra: Almedina, pp. 49-88.

DUARTE, Rui Pinto,

(2003) “‘Convicção-crença’ nas decisões judiciais”, *Themis – Revista da FDUNL* 6, pp. 5-17.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de,

(1956) *Curso de Processo Penal*, vol. II, Lisboa: Gomes & Rodrigues.

(1986) *Curso de Processo Penal*, vol. 1.º, Lisboa: Danúbio, pp. 201-228.

MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO,

(2009) *Código de Processo Penal – Comentários e notas práticas*, Coimbra: Coimbra Editora.

MATA-MOUROS, Maria de Fátima,

(2007) *Direito à inocência – Ensaio de processo penal e jornalismo judiciário*, Estoril: Principia.

MEIREIS, Manuel Augusto Alves,

(1999) *O regime das provas obtidas pelo agente provocador em processo penal*, Coimbra: Almedina.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MENDES, João de Castro,

(1961) *Do conceito de prova em processo civil*, Lisboa: Ática.

MENDES, Paulo de Sousa,

(2017) *Lições de Direito Processual Penal*, 3.^a reimp., Coimbra: Almedina (1.^a ed., 2013).

MESQUITA, Paulo Dá,

(2010) *Processo penal, prova e sistema judiciário*, Coimbra: Coimbra Editora.

(2012) *A prova do crime e o que se disse antes do julgamento – Estudo sobre a prova no processo penal português, à luz do sistema norte-americano*, Coimbra: Coimbra Editora.

NEVES, António Castanheira,

(1967) *Questão-de-facto – Questão-de-direito ou o problema metodológico da juridicidade (Ensaio de uma reposição crítica*, vol. I (A crise), Coimbra: Almedina, 1967, pp. 466-467.

(1968) *Sumários de Processo Criminal*, Coimbra: Dactilog. por João Abrantes.

(1995) “Matéria de Facto – Matéria de Direito”, in: do mesmo A., *Digesta – Escritos acerca do Direito, do pensamento jurídico, da sua metodologia e outros*, vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 483-530.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

PAIVA, José da Cunha Navarro de,

(1895) *Tratado Theorico e Prático das Provas no Processo Penal*, Coimbra: Livraria Portuguesa e Estrangeira.

PALMA, Maria Fernanda,

(2004) “O problema penal do processo penal”, in: AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (coord.: Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 41-53.

(2005) *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*, Coimbra: Almedina.

(2006) *Direito Constitucional Penal*, Coimbra: Almedina.

(2014) “Introdução ao Direito da Investigação Criminal e da Prova”, in: AA.VV., *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coords.: Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias e Paulo de Sousa Mendes), Coimbra: Almedina, 2014, pp. 7-18.

(2014) “A teoria do crime como teoria da decisão penal e o Direito da Investigação Criminal”, in: AA.VV., *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coords.: Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias e Paulo de Sousa Mendes), Coimbra: Almedina, 2014, pp. 19-25.

PEREIRA, Rui,

(2009) “Entre o ‘garantismo’ e o ‘securitarismo’: A revisão de 2007 do Código de Processo Penal”, in: AA.VV., *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org.: Mário Ferreira Monte *et al.*), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 247-268.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

PIMENTEL, Irene Flunser,

(2011) *A história da PIDE*, Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.

PINHEIRO, Rui, e MAURÍCIO, Artur,

(2007) *A Constituição e o Processo Penal*, reimp. 1.^a ed. 1976, Coimbra: Coimbra Editora.

PINTO, Frederico de Lacerda da Costa,

(1998) *Direito Processual Penal – Curso semestral*, Lisboa: AAFDL.

REGO, Margarida Lima,

(2013) “Decisões em ambiente de incerteza: Probabilidade e convicção na formação das decisões judiciais”,
Julgar 21, pp. 119-147.

ROSAS, Fernando, PIMENTEL, Irene Flunser, MADEIRA, João, FARINHA, Luís, e REZOLA, Maria Inácia,

(2009) *Tribunais políticos – Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.

SERRA, Adriano Vaz,

(1961) “Provas (Direito probatório material)”, *BMJ* 110, pp. 61-256.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SILVA, Germano Marques da,

(1990) *Do processo penal preliminar*, Lisboa: Minerva.

(2006) “A produção e valoração da prova em processo penal”, *Revista do CEJ – Número Especial 4*, pp. 37-53.

(2017) *Direito Processual Penal Português*, 2.^a ed., Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

SILVA, Germano Marques da, CARVALHO, L. G. Grandinetti Castanho de, PRADO, Geraldo, e BRANDÃO, Nuno,

(2009) *Processo Penal do Brasil e de Portugal*, Coimbra: Almedina.

SILVA, Sandra Oliveira e,

(2018) *O arguido como meio de prova contra si mesmo*, Coimbra: Almedina.

SOUSA, José Joaquim Caetano Pereira e,

(1820) *Primeiras linhas sobre o processo criminal*, 3.^a ed. emendada e acrescentada, Lisboa: Na Typografia Rollandiana.

SOUSA, Miguel Teixeira de,

(1995) *As partes, o objeto e a prova na ação declarativa*, Lisboa: LEX.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (1997) *Estudos sobre o novo processo civil*, 2.^a ed., Lisboa: LEX (1.^a ed. 1996).
- (2004) *A prova em processo civil* (Apontamentos do ano lectivo de 2003/2004), Lisboa: n. / publ.
- (2015) “Análise lógico-normativa da decisão de improcedência: Uma reflexão sobre a *evidentiary defeasibility* e a dupla ordem jurídica”, in: AA.VV., *Improcedência* (org.: Rinaldo Mouzalas, Beclaute Oliveira Silva e Rodrigo Saraiva Marinho), Salvador: Juspodivm, pp. 73-91.

ZENHA, Francisco Salgado,

- (2002) *Notas sobre a instrução criminal*, Braga: Universidade do Minho.

Direito Comparado:

AA.VV.,

- (2008) *Proceso penal y sistemas acusatorios* (org.: Lorena Bachmaier Winter), Madrid/Barcelona/Buenos Aires: Marcial Pons.

AA.VV.,

- (2012) *The Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law* (org.: Michel Rosenfeld e Andrés Sajó), Oxford: Oxford University Press.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

AA.VV.,

- (2016) *Visions of Justice – Liber Amicorum Mirjan Damaska* (org.: Bruce Ackerman, Kai Ambos e Hrvoje Sikiric), Berlin: Duncker & Humblot.

AMBOS, Kai,

- (2018) “Estado e futuro do direito penal comparado”, *Anatomia do Crime* 6, pp. 9-42.

BOHLANDER, Michael,

- (2012) *Principles of German Criminal Procedure*, Oxford/Portland, Oregon: Hart Publishing.

DAMASKA, Mirjan R.,

- (2009) *The Faces of Justice and State Authority – A Comparative Approach to the Legal Process*, New Haven/London: Yale University Press.

- (2013) *Evidence Law Adrift*, New Haven/London: Yale University Press.

DELMAS-MARTY, Mireille, e SPENCER, J. R.,

- (2002) *European Criminal Procedures*, Cambridge: Cambridge University Press.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

FERNANDES, Fernando,

(2001) *O processo penal como instrumento de política criminal*, Coimbra: Almedina.

HÖRNLE, Tatjana,

(2005) “Unterschiede zwischen Strafverfahrensordnungen und ihre kulturellen Hintergründe”, *ZStW* 117, pp. 801-838.

KAGAN, Robert A.,

(2001) *Adversarial Legalism – The American Way of Law*, Cambridge, Massachusetts/London, England: Harvard University Press.

KÜHNE, Hans-Heiner,

(2007) *Strafprozessrecht – Eine systematische Darstellung des deutschen und europäischen Strafverfahrensrechts*, 7.^a ed., Heidelberg: C. F. Müller (1.^a ed., 1978).

PALMA, Maria Fernanda,

(2012) “O Ministério Público na discussão do Conselho da Europa”, in: AA.VV., *Ministério Público – Que futuro?* (iniciativa do Procurador-Geral da República Fernando Pinto Monteiro, A. Lourenço Martins *et al.*; coord.: Mário Gomes Dias e Carlos Sousa Mendes), Lisboa: INCM/PGR, pp. 195-199.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

PRADO, Geraldo,

- (2006) *Sistema acusatório – A conformidade constitucional das leis processuais penais*, 4.^a ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris.

RÜPING, Heinrich, e JEROUSCHECK, Günter,

- (2011) *Grundriss der Strafrechtsgeschichte*, 6.^a ed., München: Beck.

THAMAN, Stephen C.,

- (2008) *Comparative Criminal Procedure – A Casebook Approach*, 2.^a ed., Durham: Carolina Press.

Alemanha:

AA.VV.,

- (2016) *Desarrollos actuales de las ciencias criminales em Alemania – Segunda y Tercera Escuela de Verano em ciências criminales y dogmática penal alemana* (org.: Ambos/Böhm/Zuluaga), Göttingen: Göttingen University Press.

AMBOS, Kai,

- (2016) *Ensaio de Direito Penal e Processual Penal*, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.
- (2017) *Derecho penal europeo*, Navarra: Aranzadi/Thomson Reuters.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

EISENBERG, Ulrich,

(2011) *Beweisrecht der StPO – Spezialkommentar*, 7.^a ed., München: Beck.

GRECO, Luís,

(2015) *Strafprozesstheorie und materielle Rechtskraft – Grundlagen und Dogmatik des Tatbegriffs, des Strafklageverbrauchs und der Wiederaufnahme im Strafverfahrensrecht*, Berlin: Duncker & Humblot.

HAAS, Volker,

(2008) *Strafbegriff, Staatsverständnis und Prozessstruktur – Zur Ausübung hoheitlicher Gewalt durch Staatsanwaltschaft und erkennendes Gericht im deutschen Strafverfahren*, Tübingen: Mohr Siebeck.

HÄCKER, Robert, SCHWARZ, Volker, e TREUER, Wolf-Dieter,

(2014) *Tatsachenfeststellung vor Gericht – Glaubhaftigkeits- und Beweislehre, Vernehmungslehre*, 4.^a ed., München: Beck (1.^a ed., 1981).

HASSEMER, Winfried,

(2004) “Processo Penal e Direitos Fundamentais”, in: AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org.: Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 15-25.

(2009) “Förmlichkeiten im Strafprozess”, in: AA.VV., *In dubio pro libertate – Festschrift für Klaus Volk zum 65. Geburtstag* (org.: W. Hassemer, Eb. Kempf e S. Moccia), München: Beck, pp. 207-222.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

KOCH, Arnd,

- (2006) *Denuntiatio – Zur Geschichte eines strafprozessualen Rechtsinstituts*, Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann.

KRAATZ, Erik,

- (2011) *Der Einfluss der Erfahrung auf die tatrichterliche Sachverhaltsfeststellung – Zum „strafprozessualen“ Anscheinsbeweis*, Berlin/Boston: de Gruyter.

MÜLLER, Ingo,

- (1980) *Rechtsstaat und Strafverfahren*, Frankfurt a.M.: Europäische Verlagsanstalt.

ROXIN, Claus,

- (2000) *Derecho Procesal Penal* (trad. castelhana da 25.^a ed. alemã por Gabriela E. Córdoba e Daniel R. Pastor, rev. por Julio B. J. Maier), Buenos Aires: Editores del Puerto.

SCHLÜCHTER, Ellen,

- (1999) *Strafprozeßrecht*, 3.^a ed., Thüningersheim/Frankfurt a. M.: EuWi.

- (1999) *Derecho Procesal Penal* (trad. castelhana da 3.^a ed. alemã por Esparza y Planchadell), 2.^a ed., Valencia: Tirant lo Blanch.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SCHULZ, Lorenz,

(2001) *Normiertes Misstrauen – Der Verdacht im Strafverfahren*, Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann.

SCHWEIZER, Mark,

(2015) *Beweiswürdigung und Beweismaß – Rationalität und Intuition*, Tübingen: Mohr Siebeck.

VOLK, Klaus,

(1980) *Wahrheit und materielles Recht im Strafprozess*, Konstanz: Universitätsverlag.

Argentina:

JAUCHEN, Eduardo M.,

(2002) *Tratado de la prueba en materia penal*, Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni.

SARRABAYROUSE, Eugenio C.,

(2007) *Responsabilidad penal por el producto*, Buenos Aires: Ad-Hoc.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Brasil:

BADARÓ, Gustavo,

(2014) *Processo Penal*, 2.^a ed., Rio de Janeiro: Elsevier.

DALLAGNOL, Deltan Martinazzo,

(2015) *As lógicas das provas no processo – Prova direta, indícios e presunções*, Porto Alegre: Livraria do Advogado.

MARINONI, Luiz Guilherme, e ARENHART, Sérgio Cruz,

(2015) *Prova e convicção de acordo com o CPC de 2015*, 3.^a ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters/Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza,

(2015) *Provas no Processo Penal*, 4.^a ed. ver., atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense.

POLASTRI, Marcellus,

(2018) *A prova penal*, 4.^a ed., Salvador: JusPODIUM.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Espanha:

ARMENTA DEU, Teresa,

(2014) *Estudios de Justicia Penal*, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

BARONA VILAR, Silvia,

(2017) *Proceso Penal desde la Historia – Desde su origen hasta la sociedad global del miedo*, Valencia: Tirant lo blanch.

CLIMENT DURÁN, Carlos,

(1999) *La prueba penal*, Valencia: Tirant lo blanch.

FERRER BELTRÁN, Jordi,

(2007) *La valoración racional de la prueba*, Madrid: Marcial Pons.

MUÑOZ SABATÉ, Lluís,

(2001) *Fundamentos de prueba judicial civil*, Barcelona: Bosch.

SÁNCHEZ-VERA GÓMEZ-TRELLES, Javier,

(2012) *Variaciones sobre la presunción de inocencia – Análisis funcional desde el Derecho penal*, Madrid: Editorial



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Marcial Pons.

Itália:

AA.VV.,

(2007) *La Prova Scientifica nel Processo Penale* (org.: Luisella de Cataldo Neuburger), Padova: CEDAM.

FERRAJOLI, Luigi,

(2013) *Dei diritti e delle garanzie – Conversazione con Mauro Barberis*, Bologna: il Mulino.

FIORE, Stefano,

(2007) *La teoria generale del reato alla prova del processo*, Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane.

MANNARINO, Nicola,

(2007) *La prova nel processo*, Padova: CEDAM.

PAGANO, Francesco Mario,

(1997) *Principj del codice penale e logica de' probabili*, fac-símile da ed. napolitana de 1819, Pádua: CEDAM.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

STELLA, Federico,

(2003) *Giustizia e modernità – La protezione dell’innocente e la tutela delle vittime*, 3.^a ed., Milano: Giuffrè (1.^a ed., 2001).

TARUFFO, Michele, *et al.*,

(2009) “Fatto, prova e verità (alla luce del principio dell’oltre ragionevole dubbio)”, *Criminalia*, pp. 305-329.

(2013) *Processo civil comparado – Ensaios* (apres., org. e trad. por Daniel Mitidiero), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

(2014) *A prova* (trad. por João Gabriel Couto), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

TONINI, Paolo,

(2002) *A prova no processo penal italiano* (trad. por Alexandra Martins e Daniela Mróz da 4.^a ed. italiana), São Paulo: Revista dos Tribunais.

TONINI, Paolo, e CONTI, Carlota,

(2014) *Il diritto delle prove penali*, 2.^a ed., Milão: Giuffrè.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Estados Unidos da América e Inglaterra:

AA.VV.,

- (1988) *Probability and Inference in the Law of Evidence – The Uses and Limits of Bayesianism* (org.: Peter Tillers e Eric D. Green), Dordrecht/Boston/London: Kluwer.
- (2001) *The Nature of Truth – Classic and Contemporary Perspectives* (org.: Michael P. Lynch), Cambridge, USA/London, UK: The MIT Press.
- (2004) *The Trial on Trial – Truth and Due Process* (org.: Antony Duff, Lindsay Farmer, Sandra Marshall e Victor Tadros), vol. I, Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing.
- (2006) *The Trial on Trial – Judgment and Calling to Account* (org.: Antony Duff, Lindsay Farmer, Sandra Marshall e Victor Tadros), vol. II, Oxford and Portland, Oregon: Hart publishing.
- (2007) *The Trial on Trial – Towards a Normative Theory of the Criminal Trial* (org.: Antony Duff, Lindsay Farmer, Sandra Marshall e Victor Tadros), vol. III, Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing.
- (2009) *Inovations in Evidence and Proof – Integrating Theory, Research and Teaching* (org.: Paul Roberts e Mike Redmayne), Oxford: Hart Publishing.
- (2010) *Legal Evidence and Proof – Statistics, Stories, Logic* (org.: Hendrik Kaptein, Henry Prakken e Bart Verheij), Farnham: Ashgate.
- (2010) *Prova criminal e direito de defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal* (org.: Teresa Pizarro Beleza e Frederico de Lacerda da Costa Pinto), Coimbra: Almedina.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ACHINSTEIN, Peter,

(2001) *The Book of Evidence*, Oxford: Oxford University Press.

BENTHAM, Jeremy,

(1825) *A Treatise on Judicial Evidence* (org.: Etienne Dumont), Book from the collections of Oxford University: J.W. Paget.

CRETACCI, Michael A.,

(2008) *Supreme Court Case Briefs in Criminal Procedure*, Lanham/Boulder/New York/Toronto/Plymouth, UK: Rowman & Littlefield Publishers.

GARDNER, Thomas J., e ANDERSON, Terry M.,

(2007) *Criminal Evidence – Principles and Cases*, 6.^a ed., Belmont, USA: Thomson Wadsworth.

GIANNELLI, Paul C.,

(2009) *Understanding Evidence*, 3.^a ed., New Providence/San Francisco: LexisNexis.

HART, H. L. A., e HONORÉ, Tony,

(2002) *Causation in the Law*, 2.^a ed., Oxford/New York: Oxford University Press (1.^a ed., 1959).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

HALPIN, Andrew,

(2004) *Definition in the Criminal Law*, Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing.

HUSAK, Douglas N.,

(1987) *Philosophy of Criminal Law*, New Jersey: Rowman & Littlefield.

KAMISAR, Yale, LaFAVE, Wayne R., ISRAEL, Jerold H., e KING, Nancy J.,

(2003) *Modern Criminal Procedure – Cases-Comments-Questions*, 10.^a ed., St. Paul, MN: West Group (1.^a ed., 1965).

KAYE, David, *et al.*,

(2013) *McCormick on Evidence*, 7.^a ed. (Practitioner Treatise Series), St. Paul: Thomson Reuters.

KIRKHAM, Richard L.,

(1995) *Theories of Truth – A Critical Introduction*, 1.^a Pbk ed., Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Pres, (1.^a ed., 1992), pp. 119-140.

PORAT, Ariel, e STEIN, Alex,

(2001) *Tort Liability under Uncertainty*, Oxford/New York: Oxford University Press.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

STEIN, Alex,

(2005) *Foundations of Evidence Law*, Oxford/New York: Oxford University Press.

(2008) *A Philosophy of Evidence Law – Justice in the Search for Truth*, Oxford/New York: Oxford University Press.

WEISSENBERGER, Glen, e DUANE, James J.,

(2009) *Federal Rules of Evidence – Rules, Legislative History, Commentary, and Authority*, 6.^a ed., Danvers, Mass.: LexisNexis.